



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0003158-59.1996.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Execução (Em Geral) - Assunto Principal do Processo << Nenhuma informação disponível >>**
 Requerente: **Banco Economico Sa**
 Requerido: **Camargo Camargo e Cia Ltda e outros**
 Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

CONCLUSÃO

Aos 27 de junho de 2014, faço estes autos conclusos ao MM. Juiz de Direito, o Exmo. Sr.

Dr. **MILTON COUTINHO GORDO.**

Eu,....., esc., digitei e subscrevi.

Processo nº 95/96

CAMARGO CAMARGO E CIA LTDA. e outros formula a fls. 69/73 pedido de reconhecimento da prescrição intercorrente em razão de o processo ter permanecido em arquivo, por mais de 15 anos; a remessa para o arquivo se deu em 1998 e os autos permaneceram no referido “departamento” até dezembro de 2013.

Em 14/01/14 a própria executada fez pedido de desarquivamento, conforme petição de fls. 63.

Anteriormente, o exequente havia pedido o desarquivamento em 2004, que não se efetivou por sua própria desídia (não recolheu a taxa de desarquivamento – fls. 53).

Some-se que foi ele intimado especificamente a se manifestar sobre o pedido de reconhecimento da prescrição e permaneceu inerte (cf. fls. 75).

Fica, assim, caracterizado o desinteresse do exequente em ver satisfeito seu crédito.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
 R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Conforme remansado entendimento jurisprudencial ao qual me filio, a prescrição intercorrente opera-se no mesmo prazo de prescrição da ação.

No caso, o artigo 206, § 5º, I, do CPC prevê o prazo de **5 anos** para a ação de cobrança de dívidas líquidas constantes de instrumento público ou particular.

Nestes autos está sendo executado o contrato de fls. 09 (contrato CREDI BESA).

Deliberando incidentalmente nesse sentido o seguinte aresto:

Ementa: PRESCRIÇÃO Inocorrência Execução Cobrança de dívida líquida constante de instrumento particular **Prescrição quinquenal Art. 206, § 5º, I, CC** Hipótese em que o processo não ficou paralisado por período superior a cinco anos Inércia do credor que não se verificou, tendo cumprido tempestivamente todas as determinações judiciais, fazendo o que estava ao seu alcance para a solução da demanda No caso concreto, verifica-se que o lapso temporal decorrido entre o despacho que ordenou a citação e a expedição do mandado pelo Cartório, foi de 14 meses Aplicação da Súmula 106 do c. STJ Demora na prática dos atos processuais pelo Judiciário, que não pode penalizar o exequente Extinção que deve ser afastada para que a execução tenha regular prosseguimento **RECURSO PROVIDO PARA ANULAR A SENTENÇA** (TJSP, Apelação nº 0034557-65.2004.8.26.0004, Rel. Sérgio Shimura, DJ30/01/2013).

Nos moldes da Súmula 150 do STF, o prazo prescricional para a execução também é de 5 anos.

Assim, só resta reconhecer a ocorrência da prescrição intercorrente como requerido a fls. 47/48.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Ante o exposto, **EXTINGO A PRESENTE EXECUÇÃO**, nos termos do art. 269, IV, do CPC.

Após o decurso do prazo para recurso, averbe-se a extinção e arquivem-se os autos.

P.R.I.

São Carlos, 07 de julho de 2014.

MILTON COUTINHO GORDO
Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**